



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: G
LINGUISTICS & EDUCATION
Volume 21 Issue 8 Version 1.0 Year 2021
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Memory, History and Education in Machado De Assis

By Antônio Joaquim Pereira Neto

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Abstract- The present paper evidences the relation between memory, history and rhetorical education in some of Machado's narratives. In this research, the analyzed narrator and characters are medallions that alienate themselves with the cultural models left by the west, for instance, those of political ethics present in the writings of Machiavelli and those of the uses and customs of the rhetorical institution. In fact, in these narratives, the reference made by their characters to the memory and the history as places of discourse invention contradict the moral conventions of the ancient oratory, such as those of speaking well and honestly, which makes verisimilar the idea in which these narratives are metaphors of an empire whose educational system is dominated by subjects who, when ordering the discourse according to the needs of the occasion, take power as the ultimate cause of their reasoning.

Keywords: *memory; history; education; rhetorical; machado de assis.*

GJHSS-G Classification: FOR Code: 339999



Strictly as per the compliance and regulations of:



Memory, History and Education in Machado De Assis

Memória, História E Educação Em Machado De Assis

Antônio Joaquim Pereira Neto

Resumo- O presente trabalho evidencia as relações entre memória e história em algumas narrativas machadianas. Nesta pesquisa, os narradores e personagens analisados são medalhões que se apropriam alienadamente dos modelos culturais legados pelo ocidente, a saber, os da ética política presente nos escritos de Maquiavel e os dos usos e costumes da instituição retórica. Com efeito, nessas narrativas, as alusões feitas pelos seus caracteres à memória e à história enquanto lugares da invenção de discursos contradizem as convenções morais da oratória antiga, como as do falar bem e honestamente, o que torna verossímil a ideia segundo a qual essas narrativas são metáforas de um império cujo sistema educacional é dominado por sujeitos que, ao ordenarem o discurso segundo as necessidades da ocasião, tomam o poder como a causa final dos seus raciocínios.

Palavras-chave: memória; história; educação; retórica; machado de assis.

Abstract- The present paper evidences the relation between memory, history and rhetorical education in some of Machado's narratives. In this research, the analyzed narrator and characters are medallions that alienate themselves with the cultural models left by the west, for instance, those of political ethics present in the writings of Machiavelli and those of the uses and customs of the rhetorical institution. In fact, in these narratives, the reference made by their characters to the memory and the history as places of discourse invention contradict the moral conventions of the ancient oratory, such as those of speaking well and honestly, which makes verisimilar the idea in which these narratives are metaphors of an empire whose educational system is dominated by subjects who, when ordering the discourse according to the needs of the occasion, take power as the ultimate cause of their reasoning.

Keywords: memory; history; education; rhetorical; machado de assis.

INTRODUCTION

O estudo das relações entre memória e história nas narrativas de Machado de Assis poderia evidenciar a maneira como este escritor dialoga com a tradição cultural cujas convenções simbólicas modelaram as práticas de representação até fins do século XVIII, antes de a revolução burguesa promover a ruína do antigo regime e de suas instituições: a tradição dos usos e dos costumes da instituição retórica¹. Com

Author: É doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente é professor de português e literatura do Instituto Federal da Bahia, Campus Paulo Afonso. e-mail: antoniojoaquimpereiraneito@gmail.com

¹ "Podemos entender a retórica como a instituição maior, o sistema de estudo da linguagem humana e de toda a produção linguística em

efeito, é no seio de uma reflexão sobre seus modelos discursivos que regraram os processos de invenção poética até enquanto duraram as instituições do mundo antigo², que é possível encontrar as noções de memória e história reavaliadas pela ficção machadiana. Considera-se, nesta pesquisa, que "a retórica não era uma presença meramente residual no Brasil do século XIX, ocupando antes posição privilegiada no sistema de ensino" (MARTINS, 2005, p. 5). O presente trabalho, então, formaliza a hipótese segundo a qual o escritor brasileiro se apropria dessas noções, de forma irônica, para figurar um ambiente local cuja oratória era exercida na contramão das virtudes morais exigidas de um grande orador, apontando para as vicissitudes maquiavélicas de suas práticas, governadas pelo império das circunstâncias. Desse modo, Machado constrói uma ficção cuja retórica dos seus narradores não toma como objeto o que é justo ou injusto segundo o que a tradição sofisticada pressupõe, mas o que é conveniente para a entrada no banquete da vida social. Ao expor a arbitrariedade dos usos maquiavélicos e retóricos da linguagem feitos pelos narradores e personagens de sua ficção, o escritor brasileiro expõe, por chave alegórica, a apropriação inadequada da arte retórica no seu contexto, "pelo qual poderia ser reconhecida e trabalhada a perspectiva em que ela, a arte retórica, "como qualquer arte competitiva, deve ser usada com justiça" (PLATÃO, 2000, p. 43), como é prescrito por Górgias no diálogo platônico.

Efetivamente, mediante o acesso às opiniões desses caracteres, evidencia-se que a história é ficcionalizada por Machado como instrumento da retórica, como era "dentro do antigo trivium", quando "a historia era vista como campo auxiliar tanto da gramática quanto da retórica" (ENGELS, 2019, p. 80), posto que, enquanto lugar de invenção, de "fornecimento de exemplos para a retórica", a história foi, até o século XVIII, "subordinada à filosofia moral" (GUNTHER, 2019, p. 90). Consciente da

forma falada ou escrita, com especial ênfase na sua função de gerar um efeito prático, imediato, mas previamente estabelecido e esperado sobre aquele a quem se destina um discurso produzido" (REZENDE, 2010, p. 23).

² De acordo com João Adolfo Hansen (2008, p. 19), "nos séculos XVI, XVII e XVIII, os usos dos procedimentos técnicos da invenção poética eram parte dos regimes discursivos subordinados ao "bem comum" público desse todo". E, com efeito, "os códigos da poesia foram retóricos, imitativos e prescritivos, diferente dos critérios expressivos e descritivos da estética, da crítica e da história literária então inventadas pela revolução romântica".

verossimilhança desses fundamentos, Machado vai justapor à ficção a história, pela via de imagens que metaforizam a memória dos valores sociais e morais advogados pelas figuras públicas do império brasileiro. Por esta via, esta memória se constitui enquanto uma paródia cômica do mau uso dos preceitos do livro XI da instituição oratória de Quintiliano (2016, p. 235), onde ela é tida como uma faculdade que “armazena boa quantidade de exemplos, leis, decisões, sentenças e, enfim, ainda de fatos, de que o orador deve sempre dispor de imediato e em bom número”, pois, considerada o tesouro da eloquência, em Quintiliano a memória constitui-se como técnica indispensável no processo de invenção dos discursos. É por intermédio dela que o orador deve, nessa perspectiva, encontrar os lugares comuns que configuram o vasto manancial das boas opiniões que são dignas de imitação. E de igual forma, afirma o orador (QUINTILIANO, 2016, p. 29), “a História pode alimentar o orador como com certo suco agradável e abundante”, como o ensinou Cícero (2009, p. 201): “Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade, que outra voz a confia à eternidade, se não a do orador?”

Essas premissas estão na base do raciocínio da ficção em análise, visto que, por sustentarem o costume dos oradores e das práticas de representação preceituadas pela instituição retórica até fins do século XVIII, elas são o objeto da avaliação machadiana realizada sobre a tradição dos preceitos que também foram influentes nas práticas de representação de um meio social marcado pelo vício da corrupção, da verbosidade vulgar, da loquacidade vazia. O presente trabalho visa evidenciar, portanto, que o autor de Memorial de Aires alegoriza a Memória e a História como tesouros da eloquência, apontando, ironicamente, para a impossibilidade, no império brasileiro, desses caracteres atingirem a suprema virtude de um orador, aquilo “que é conveniente a todos, sempre e em qualquer situação: agir e falar honestamente” (QUINTILIANO, 2016, p. 185). Apropriando-se da retórica de forma irônica, Machado expõe a artificialidade dos seus mecanismos; seus caracteres são metáforas dos vícios que dominam o imaginário social predominante nas instituições públicas do seu tempo. Esses caracteres personificam o agir e o falar propensos ao injusto, ao desonesto, ao vício moral. Finalmente, o Machado de Assis das crônicas e dos contos é lido, neste trabalho, como um arqueólogo de imagens e ideias que formam o conjunto dos valores sociais do seu tempo. O conhecimento de sua fábrica de caracteres constitui-se, então, como o caminho para o conhecimento do modo como suas narrativas dialogam com a história, com os discursos ficcionais legados pela tradição retórica e com a memória das “verdades” compartilhadas pelos indivíduos do seu universo oitocentista.

Uma leitura da ficção machadiana, atenta às referências citadas pelos seus narradores e interessada nos artifícios já conhecidos de sua ironia, pode permitir ao leitor apreciar um Machado crítico dos autores que constituem os modelos imitados pelas vozes responsáveis pelos enunciados de sua ficção, pois Machado demonstra estar ciente de que “a efetividade da comunicação entre autor e leitores fundamenta-se em uma certa estabilidade dos códigos” (JOBIM, 2003, p. 150); Ele nos convida a dialogar de maneira reflexiva e crítica com as suas regras constitutivas, cujas imagens formam o patrimônio histórico responsável pelo fornecimento das matérias de sua enunciação. Desse modo, a proposta deste trabalho também é a de denotar em que medida as imagens dessa narrativa replicam os fundamentos da ética esboçada nos escritos de Maquiavel, modelo imitado no conto teoria do medalhão, que constitui retoricamente a memória enquanto lugar de invenção em Machado de Assis, que é o responsável por delegar voz ao agente que narra na sua ficção, uma vez que “o narrador é, portanto, um sujeito delegado, qualificado como tal por uma instância superior, que lhe dá voz, que lhe atribui o poder conduzir o discurso” (CALBUCCI, 2010, p. 42). Nesse sentido, a ordem discursiva das narrativas em destaque “é remissiva a conteúdos, valores ou matérias sociais que fundamentam as opiniões e os valores comuns dos operadores da linguagem dos diferentes gêneros exercitados por esse autor: os seus narradores e personagens” (PEREIRA NETO, 2017, p. 395)

Com efeito, formalizando a memória dos lugares comuns pressupostos nestes enunciados, o autor se posiciona contra o leitor que destina plena fé nas sentenças e nos ditos materializados na enunciação, dado que o reconhecimento dos modelos por ora imitados, que expressa o compartilhamento dos valores sociais, políticos e morais representados, é um caminho para o entendimento do modo como Machado efetua a sua crítica a estes mesmos modelos, de modo que, ao compor um retrato da linguagem, dos artifícios, e não um retrato de si, ele expõe a não naturalidade dos enunciados que alegorizam os regimes dos discursos retóricos, educacionais e políticos do seu tempo. Para a compreensão dessa crítica, será analisada a teoria do medalhão do conto machadiano, cuja doutrina é metáfora de uma educação marcada pelo mau uso da memória e da história, pela “indolência da juventude, pela negligência dos pais, pela ignorância dos preceptores e pelo esquecimento do costume antigo” (TÁCITO, 2014, p. 85). Assim, o escritor brasileiro toma como matéria de sua sátira a improbidade dos raciocínios que são desprovidos de refinamento, de disciplina, a interpretação brasileira do fundamento moral subjacente à instituição retórica e a eloquência dos escritos de Maquiavel, que no Brasil é utilizada para fins sociais.

O conto narra um diálogo entre Janjão e seu pai, que o ensina os mais essenciais fundamentos do ofício de medalhão. Na conversa realizada no dia do aniversário do filho, o objetivo era torná-lo “grande e ilustre, ou pelo menos notável”, “acima da obscuridade comum” (ASSIS, 2007, p. 83). E as oportunidades eram múltiplas, uma vez que ele poderia “entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes” (ASSIS, 2007, p. 82). Por assim dizer, o medalhão exemplifica os tipos caracteres que utilizam todos os meios disponíveis nas circunstâncias ideais para alcançarem uma boa figuração social, sempre com a perspectiva de permanecerem em evidência no topo da hierarquia. Ao perseguir o poder e tomá-lo enquanto causa eficiente de suas ações, este tipo social lembra os preceitos morais ratificados na obra “O príncipe”, de Maquiavel, como é revelado no diálogo pelo pai de Janjão: “guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o *Príncipe* de Machiavelli” (ASSIS, 2007, p. 90). Por seu turno, discorrendo sobre o quanto pode a fortuna nas coisas humanas e de que modo se deve resistir a ela, Maquiavel (2010, p.247) assevera:

Creio, ainda, que seja feliz aquele que conforma o seu modo de proceder com os atributos do tempo; do mesmo modo creio infeliz aquele cujo proceder diverge do tempo. Porque vendo os homens, nas coisas que realizam, que cada um propõe, isto é, glória e riquezas, variam eles no procederem: um com respeito, outro com ímpeto; um com violência, outro com arte; um pela paciência, outro com o seu contrário; e cada um pode com estes diversos modos alcançar o que deseja. Vê-se ainda em dois homens prudentes um chegar a seu intento, o outro não; e de modo semelhante dois igualmente prosperarem com diferentes maneiras de agir, sendo um respeitoso e outro impetuoso.

A observação do tempo enquanto prerrogativa para a ação virtuosa com vistas ao fim desejado é a norma determinante deste pensamento. Em Maquiavel o proceder é político e, portanto, a finalidade é a manutenção deste poder. Assim, se neste autor são as ações políticas do príncipe que devem seguir a boa ocasião, em Machado temos as ações retóricas, posto que, se Maquiavel pressupunha o sucesso político como meta, pois vivia para guerra e “a guerra não era o “esporte” dos príncipes, era a sua sina” (ANDERSON, 2004, p. 31), o medalhão machadiano pressupunha o sucesso social, pois o seu mundo não era a Itália dos impasses políticos da era do renascimento, mas o Brasil oitocentista de um sistema monárquico escravocrata cujo regime garantia os privilégios de tipos que almejavam ascender ao poder por meio de negociatas, de publicidade e de atitudes morais que atendiam bem às necessidades da ocasião. Se para vencer e conservar o Estado, “os meios serão sempre julgados honrosos e por todos serão louvados, porque o vulgo se deixa levar por aquilo que parece e pelo resultado das coisas” (MAQUIAVEL, 2010, p. 181), para

ascender “acima da obscuridade comum”, o medalhão deve “pôr todo o cuidado nas ideias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio” (ASSIS, 2007, p. 83). Advertências são feitas na teoria do pai de Janjão contra o perigo de ser afligido por ideias próprias e a leitura de compêndios de retórica é aconselhada, bem como a escuta de certos discursos, cujo regime debilitante coaduna-se com o papel de um genuíno medalhão.

Ser “dotado da perfeita inófia mental” é “conveniente ao uso deste nobre ofício” (ASSIS, 2007, p. 84). O oximoro em destaque justapõe a falta de pensamento ou seu defeito com a “nobreza” do exercício dessa profissão; ele é a imagem do contraditório da inaptidão honrosa, da falha sublime, da irracionalidade elevada. Mas considerando que a glória e a riqueza pressupõem oportunismo, adequação às conveniências do momento, qualquer um pode alcançá-las de diferentes modos. Não existe um parâmetro ético homogêneo a ser adotado, basta observar os atributos do tempo, como ensina Maquiavel, uma vez que, para conservar o Estado, ou para garantir um lugar no parlamento, na magistratura, na imprensa ou na indústria, pode ser conveniente “agir contra a palavra dada, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. E, porém, é necessário que tenha um ânimo disposto a mudar segundo o que lhe ordenem os ventos da fortuna e as variações das coisas exigirem” (MAQUIAVEL, 2010, p. 181). Como é possível observar, não há uma unidade de comportamento normatizada nos escritos de ambos os gêneros. Tanto o medalhão quanto o príncipe são obras das vicissitudes do tempo, de suas incorreções, de suas dinâmicas, de suas descontinuidades, pois como já havia percebido um crítico contemporâneo de Machado, Urbano Duarte, “a virtude ou o vício são o produto das circunstâncias, e o homem é o escravo das circunstâncias” (GUIMARÃES, 2017, p.22). Eis o porquê é necessário evidenciar a historicidade de ambos os discursos caso a finalidade seja a compreensão verossímil dessas imagens. Em “O príncipe”, “Maquiavel ainda argumenta totalmente dentro do estilo dos humanistas, recorrendo ao conceito de imitação dos *exempla* retirados das obras históricas dos antigos” (GUNTHER, 2019, p. 92). Todavia, tomando a história como matéria de sua análise, “ele apresenta sugestões de ação a partir dessa análise, que lhe permite comparar, ao menos em parte, a situação antiga com a contemporânea” (GUNTHER, 2019, p. 92).

O que caracteriza o pensamento histórico da idade moderna³ é justamente esta comparação. Por

³ “Ver essa antiguidade em seu percurso temporal, contrapor seus exemplos, suas experiências e instituições, colocá-los dentro ou contra o próprio tempo e, a partir daí, planejar sua própria configuração é a primeira coisa que caracteriza o pensamento histórico da Idade Moderna” (ENGELS, 2019, p. 87).

outro lado, o que configura o pensamento histórico dos personagens machadianos das narrativas em destaque, nesta análise, é uma interpretação que justapõe o valor atribuído ao conhecimento do presente como caminho mais fácil para a obtenção do poder com um “conhecimento do passado” que “não ia além dos limites daquilo que era exemplarmente útil”, de modo que “o objetivo último da fala era o sucesso em termos de efeitos” (ENGELS, 2019, p. 80), como pode ser notado em uma das fórmulas do pai de Janjão, cujo objetivo era poupar o filho “de não obrigar os outros a um “esforço inútil” (ASSIS, 2007, p.85): “Tu dizes simplesmente: Antes das leis, reformemos os costumes”! E esta frase sintética, transparente, límpida, tirada ao pecúlio comum, resolve mais depressa o problema, entra pelos espíritos como um jorro súbito de sol” (ASSIS, 2007, p. 86). Com efeito, necessário era evitar “todo um andaime de palavras, conceitos, e desvarios” (ASSIS, 2007, p. 86), visto que “convém tomar as armas do seu tempo” (ASSIS, 2007, p. 86). Enquanto leitor das obras de *Cornelius Tacitus*⁴, Machado não compõe este personagem para se referir ao “pecúlio comum” como a boa opinião dos sábios, tal como é prescrito pelo orador romano:

De memória e de recordação preciso, neste momento, para expor com os mesmos passos e a mesma lógica, preservada a ordem dos raciocínios, as coisas que escutei e que foram não só pensadas sutilmente, mas também ditas de modo muito sério por homens muito ilustres, quando cada um trazia opiniões diferentes ou mesmas, mas passíveis de toda prova (TÁCITO, 2014, p. 21).

As opiniões do pai de Janjão são vulgares e, portanto, não são válidas “para discutir coisas prováveis, *endoxa*. O *endoxon* é a boa *doxa*, a boa opinião sobre as coisas, opinião considerada verdadeira pelos sábios ou pela maioria deles” (HANSEN, 2019, p.174), como está evidenciada no livro de Tácito, bem como no livro “Retórica a Herênio” (2005, p. 205): “os exemplos, já que são semelhantes a testemunhos, convém igualmente que sejam tomados de homens que usufruam de excelente aprovação”. Aqui já é possível notar a alusão metafórica e crítica feita pelo autor à vulgar educação destinada aos jovens do império brasileiro oitocentista. Aliás, ser medalhão implicava corromper os preceitos ensinados da doutrina retórica antiga. A memória enquanto sede das boas opiniões “ditas de modo muito sério por homens muito ilustres” está distorcida na imaginação deste narrador, que por sua vez se encontra distante dos preceitos de uma boa educação, dada a sua paixão pelo poder. Com efeito, “o medalhão é uma metáfora programa, que se concretiza no comportamento da maioria dos

personagens machadianos que alcançam prestígio social” (RIEDEL, 1979, p. 95).

Neste contexto oitocentista, a metáfora do medalhão também aparece no seu romance⁵ e na sua crônica; esta faz remissão aos ambiciosos tipos fluminenses, como está exposto na que foi publicada em vinte de abril de 1885, quando o narrador sugere aos seus amigos a inclusão do seu nome nas listas de ministérios, “que é de costume publicar anonimamente, com endereço ao imperador” (ASSIS, 1992, p. 450). Ao comparar a ambição às flores, que abotoam e depois desabroçam, ele resolve abrir a sua “alma ao sol da nossa bela América”, expondo sinceramente as causas do seu pedido:

A primeira coisa é toda subjetiva; é para ter o gosto de reter o meu nome impresso, entre outros seis, para ministro de Estado. Ministro de quê? De qualquer coisa: contanto que o meu nome figure, importa pouco a designação. (...) Agora a segunda coisa, que é menos recôndita. Tenho alguns parentes, vizinhos e amigos, uns na corte e outros no interior, e desejava que eles lessem o meu nome nas listas ministeriais, pela importância que isto me daria (ASSIS, 1992, p. 452).

O acesso ao capital simbólico garantido pelas listas ministeriais move os ânimos desse narrador, bem como o desejo de figurar nos lugares de reconhecimento público. A mesma motivação condiciona os personagens da crônica do dia dezoito de maio de 1885, que vislumbram a repetição de viagens à corte com o uso do dinheiro público. Denunciados por José Mariano na tribuna dos diplomatas, os nobres diplomatas do governo se revoltam contra os chamados impostos inconstitucionais que garantiam o regime destes privilégios. Todavia, tendo sido constrangidos na tribuna e por ora dissimulando sem afetação em meio à situação vergonhosa, um dos personagens cogita uma solução triunfante, mais precisamente uma estratégia retórica: “eu, se fosse imperador ... suprimiria os adjetivos” (ASSIS, 1992, p. 456), uma vez que “os adjetivos corrompem tudo” e o “adjetivo que nos agrada está na boca do mundo”. Novamente se evidencia a relevância destinada aos lugares comuns, presentes na “boca do mundo”. A ideia construída no seio desse diálogo visava desmontar a imagem criminosa presumida no uso dos impostos inconstitucionais. Eis o que diz esse personagem: “vocês como simples impostos são excelentes, gorduchos e corados, cheios de vida e futuro. O que os corrompe e faz definhar é o epíteto de inconstitucionais” (ASSIS, 1992, p. 456). A imagem em destaque permite a linguagem transformar os usurpadores do Estado em metáforas do que é tido como agradável na boca do

⁴ A obra deste orador está presente na biblioteca de Machado de Assis, como foi possível verificar no livro organizado por José Luís Jobim.

⁵ Para Brás Cubas, “a paixão pelo poder é a mais forte de todas”. “Por isso, como narrador, pede que os leitores imaginem o desespero, a dor, o abatimento do dia em que perdeu a cadeira da Câmara dos Deputados” (RIEDEL, 1979, p. 99).

mundo: impostos “gorduchos e corados, cheios de vida e futuro”. Desse modo, “Machado exercitava seu espírito crítico nos moldes da crônica, registrando as contradições humanas e denunciando o comportamento desajustado das elites brasileiras” (SOARES, 2012, p. 103).

Consciente do poder da linguagem de inventar e redesenhar os fatos sociais, a ironia machadiana se inscreve nas incongruências semânticas subjacentes nas imagens retóricas compostas pelos seus personagens; não há isomorfismo simbólico e moral entre os impostos pagos para suprirem os cofres públicos do governo, que são cheios de vida e que podem garantir o futuro, o bem-estar-social de um povo, e os impostos pagos para financiar a boa vida de fidalgos diplomatas que emagrecem e arruinam a vida econômica de um Estado. No entanto, nessa tribuna, a naturalização do vício da corrupção seria passível de ser legalizada por um singelo decreto, visto que o direito pode também ser funcional na proteção dos interesses de classe, como propõe o medalhão: “eu, abolindo por um decreto todos os adjetivos do Estado, resolvia de golpe essa velha questão, e cumpria esta máxima, que é tudo o que tenho colhido da história e da política, e que aí dou por dois vinténs a todos os que governam este mundo: Os adjetivos passam, e os substantivos ficam” (ASSIS, 1992, p. 456).

Com efeito, o leitor machadiano, ao notar o extraordinário, é levado a conceber a falta de unidade do argumento, a inóxia mental referida na teoria do medalhão, para assim perceber que o segredo deste último está no hábito maquiavélico de agir conforme a ocasião, pois se nesse caso da crônica a ideia de abolir o adjetivo serve ao propósito de sustentar as regalias de uma vida na corte, garantindo aos pretendentes a visibilidade pública, no caso do conto, o medalhão não poderá possuir “o ar pesadão e cru de substantivos desadjetivados” (ASSIS, 2007, p.88), mas ser o adjetivo das comissões, das irmandades, dos tribunais, consagrando-se como “o odorífico das flores, o anilado dos céus, o prestimoso dos cidadãos, o noticioso e succulento dos relatórios” (ASSIS, 2007, p. 88). Nessa lógica, pouco importa a ferramenta a ser utilizada para não ser engolido pela obscuridade, mas sim a capacidade de chegar até a causa final, tornar-se um homem medalhão. “E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, a sua porção idealista e metafísica” e “o substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário” (ASSIS, 2007, p. 88). Ser apenas homem sem o epíteto de medalhão é perder a porção idealista e metafísica residente na memória coletiva que alça os indivíduos ao topo da hierarquia para serem proclamados sublimes, e vistos “acima da obscuridade comum”.

A máxima segundo a qual “os adjetivos passam, os substantivos ficam”, é tudo o que este

caractere colheu da história e da política. Por esta via, sendo a fonte dos seus raciocínios, a história constitui a sua memória, que por sua vez a utiliza como *locus* de sua enunciação, dispondo a imagem ao sabor das conveniências do caso sobre o qual almeja deliberar, pois sua principal virtude é a de ser a “guardiã de todas as partes da retórica”, bem como “o tesouro das coisas inventadas” (HERÊNIO, 2005, p. 181). Por seu turno, enquanto sede de argumentos, a história encabeça os lugares comuns constitutivos dos valores de verdade das *personae* machadianas. Constituindo a materialidade dos eventos, dos fatos e dos casos cotidianos, a história está sempre à disposição da memória, pois, sendo *locus* de enunciação, ela está sujeita às invenções dessa última, como foi possível demonstrar na crônica, pois, “assim como as artes nasceram da memória, o historiador e o retor, quais artífices, dependiam dela – da memória – para exercer a contento os seus ofícios” (GUIMARÃES, 2012, p. 14). Por seu turno, sendo um registro do presente, a crônica materializa os casos triviais do dia a dia, permitindo ao ficcionista compor narrativamente um discurso verossímil sobre as práticas sociais do seu tempo. Eis a pertinência de tomar a crônica machadiana como o lugar privilegiado dos raciocínios de sua ficção, ou o contrário, a ficção como lugar de imagens verossímeis para os narradores de suas crônicas.

Ao compor a história do cotidiano, disposta pela memória dos seus personagens, a crônica machadiana fortalece o diálogo da história com a ficção, sobretudo no conto em análise, que toma como modelo aquele que com mais agudeza se voltou para a história enquanto fonte de exemplos: Nicolau Maquiavel. Com efeito, o conto ratifica essa premissa, na medida em que a história e a memória, a despeito de terem sido objetos de uma apropriação inconveniente, devem funcionar como fontes das ideias de um autêntico medalhão, posto que, para o pai de Janjão, “um discurso de metafísica política apaixonada os partidos e o público” e a sua invenção implica em encontrar suas premissas no lugar finito dos raciocínios mundanos, tendo em vista que “nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória” (ASSIS, 2007, p. 89), de modo que esta, finalmente, também possa dispor dos “alforjes” da história. Eis o conselho a ser seguido por Janjão:

Podes empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas. Sentenças latinas, ditos históricos, versos célebres, brocados jurídicos, máximas, é de bom aviso trazê-los contigo para os discursos de sobremesa, de felicitação, ou de agradecimento. *Caveant, consules* é um excelente fecho de artigo político; o mesmo direi do *Si vis pacem para bellum* (ASSIS, 2007, p. 85).

Esta passagem evidencia não somente o estado de vigilância crítica ao qual Machado submete as convenções poéticas dos modelos clássicos, românticos e realistas, mas a exposição de uma educação cuja memória deve oferecer aquilo que é adequado para persuadir em cada caso, a despeito dos pressupostos éticos dos fins objetivados. Finalmente, o jovem dessa ficção não é o jovem doutrinado pelo costume retórico antigo, para o qual “a condição de ser um homem bom é indispensável não apenas àquele que já é orador” (QUINTILIANO, 2016, p. 387), mas também àquele que um dia será. Ele é, portanto, o que deseja obter um medalhão, um brasão, um atestado de nobreza, titulado por decreto do imperador⁶, ao contrário dos jovens de tempos idos, do mundo romano da época de Tácito, que, “postos na bigorna dos estudos”, ouviam e seguiam os oradores para levarem “para casa algo notável e digno de memória” (TÁCITO, 2014, p. 65). Aliás, o diálogo machadiano com a tradição retórica torna-se mais evidente na sua alusão ao diálogo, epígrafe desta narrativa, que remete ao gênero praticado por filósofos e oradores do mundo antigo, cuja “fórmula é estratégia amplamente conhecida e empregada por Platão, Aristóteles e Cícero, para a exposição de ideias, principalmente aquelas que suscitam maiores questionamentos, pontos de vista conflitantes, enfim, ideias mais complexas” (REZENDE, 2014, p. 14).

Aliás, neste contexto, cujo diálogo deveria “ser utilizado para pôr em prática metodologias didático-pedagógicas, ou ainda reforçar questões de natureza crítica” (REZENDE, 2014, p. 15), denota-se uma metodologia que funciona na contramão dessa perspectiva, pois o jovem desse conto não apresenta um contra-argumento, uma polêmica beligerante, convertendo-se no imitador servil da teoria do pai, cujo método demonstra que não é preciso uma técnica aguda para atingir o ânimo de caracteres interpelados pelas falas que murmuram os conteúdos do “boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de qualquer coisa” (ASSIS, 2007, p. 85). Como foi percebido na crônica, converter um problema social relativo ao mau uso dos impostos públicos em um problema de linguagem a ser resolvido pela supressão jurídica dos adjetivos, é aderir às máximas adequadas às convenções do gênero prescrito para medalhões, o do discurso de metafísica política: “Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna? – Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública.

Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica” (ASSIS, 2007, p. 89). Desse modo, Machado evidencia um contexto cuja má formação da opinião pública é efeito de uma educação que não a permitiu “compreender o dilúvio de adornos linguísticos que encobriam as mensagens” (PINA, 1995, p. 21) retóricas, políticas e morais, pois, “se já trazíamos em nossa formação intelectual o cunho do retoricismo”, a educação do jovem “pode implicar, na obra de Machado de Assis, conduzi-lo por caminhos já autorizados pela tradição” (PINA, 1995, p. 23), o que implicaria o aprendizado sistemático dos costumes da instituição oratória⁷. “A retórica, desse modo, mais do que conjunto de técnicas empregadas na composição, mais do que tema diretamente apreendido, magnifica a sua presença, transformando-se no próprio ambiente em que se desenvolvem os processos educativo e social” (SOUZA, 1999, p. 89). Quanto ao gosto poético, como o próprio Machado evidencia no seu ensaio “Instinto de nacionalidade”, essa opinião apenas aplaudia o que havia de nacional nas obras de literatura.

A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de Uruguai e Caramuru com aquela tensão que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira (ASSIS, 1980, p. 355).

Sem ter meditado os poemas com aquela tensão que tais obras estão pedindo, esta juventude os cita e os ama, prática mais do que suficiente para a eficácia da ação retórica dos medalhões, que não necessitam mais do que “empregar umas quantas figuras expressivas, a hidra de Lerna, por exemplo, a cabeça de medusa, o tonel das Danaides, as asas de Ícaro, e outras, que românticos, clássicos e realistas empregam sem desar, quando precisam delas”, para alçarem acima da obscuridade comum. Pelo visto, é plausível projetar unidade simbólica na escolha de temas cujos valores e posturas reflexivas se replicam nos gêneros formalizados pela sua enunciação. Machado ficcionaliza os discursos dos caracteres utilizados como exemplos em suas crônicas e nos seus contos, que materializam as opiniões, os ditos, as sentenças, os provérbios, as anedotas e as máximas providas nos alforjes da memória e da história reconhecidos naquele universo. Ademais, o seu movimento em direção à história é intenso, tamanho o seu foco nos escritos de Maquiavel. Ao ilustrá-lo como modelo das convenções adotadas pelas *personae* de suas narrativas, ele evidencia que a história, mais do

⁶ No império, todo nobre visava ostentar um brasão “em situações públicas e tê-lo impresso em algum jornal era mérito” (SCHWARZC, 1998, p.181). Para tal propósito, “entrava no cenário verde-amarelo a heráldica, que determinava as regras para compor desenhos e cores, cujos significados deveriam representar as qualidades que diferenciavam aquele nobre de seus congêneres e da gente comum” (SCHWARZC, 1998, p. 180).

⁷ A crítica Patrícia Kátia da Costa Pina (1995, p. 15) enfatiza que “o destaque orador, por motivos acadêmicos, pastorais ou políticos, só fez exacerbar a característica auditiva de nossa cultura”.

que sede da invenção retórica a serviço da memória, é causa eficiente dos arranjos simbólicos das narrativas ficcionais que tomam seus exemplos como matéria verossímil dos valores políticos, religiosos, econômicos, jurídicos e morais compartilhados pelos homens do seu tempo.

Decerto, como esses caracteres metaforizam os agentes que ocupavam os postos da burocracia brasileira oitocentista, movidos pela lógica da busca venal pela distinção simbólica e social, as narrativas em destaque avançam no sentido de dispor, para o presente e para a posteridade, “alforjes” de memória, história e ficção que são um testemunho alegórico e cômico das ruínas de um Estado cujos vícios morais são efeitos de uma educação mal conduzida pelo assistemático aprendizado dos costumes retóricos e por uma teoria política que se revela verossímil em um contexto local onde o acesso ao poder é governado pelo abuso do interesse, ao passo que anacrônica quando o critério de análise pressupõe não uma ética do poder, mas uma ética contraposta aos imperativos morais de Maquiavel. Neste longo século XIX brasileiro, a realização objetiva do medalhão se concretiza através “de uma sociedade de vaidosos, ambiciosos, sonegadores, parasitas, ignorantes, mas bem falantes” (RIEDEL, 1979, p. 98). Por assim dizer, “a inóxia mental” exigida para este “nobre ofício” é oximoro que também figura o contraditório de uma sociedade que assim se legitima, e não pouco verossímil é imaginar um Brasil oitocentista provedor de imagens paradoxais, como as que mimetizam essa educação vulgar, com parasitas no parlamento, sonegadores milicianos no governo, vaidosos na magistratura, generais no ministério da saúde e ignorantes na educação.

A causa final dos discursos dos caracteres analisados não é a racionalidade, pois todos estão submetidos à sátira machadiana. A pena do escritor de maior impacto na vida cultural brasileira pressupõe a diluição dos usos arbitrários de uma retórica voltada para a sustentação da dominação simbólica dos conteúdos culturais que serviram de justificativa ideológica para a reprodução, no século XIX, de uma esfera pública colonizada pelos símbolos de uma sociedade de corte, pois, a despeito dos seus paradoxos morais, ser medalhão significava ser nobre, reconhecido, ilustre, glorioso, num país cuja escravidão representava a insanidade e o fantástico de uma realidade teatralizada pela vulgaridade de personagens e narradores que alegorizam a apropriação alienada dos códigos simbólicos da tradição do pensamento europeu. Com efeito, considerando que a retórica, prescrita pelos sofistas, deveria ser utilizada para fins virtuosos e justos, os quais não são os do pai de Janjão e os de sua teoria, a ironia machadiana, enquanto arma vigente contra os vícios reinantes no seu tempo, não pressupõe as realidades platônicas como representativas do saber contra a ignorância dos

oradores⁸, pois sofisticada era a referência que orientava este escritor. Por esse caminho, emulando a tradição sofisticada, a escrita machadiana nos leva “a refletir sobre nossos discursos e sobre os fins para os quais poderemos utilizá-los” (MACHADO, 2010, p. 13).

A partir da leitura dessas narrativas, evidencia-se que o justo não era o objeto da retórica oitocentista brasileira, que aqui se constitui como o objeto da crítica machadiana. Obedecendo à racionalidade do poder, esses fabricantes de persuasão são alegorias, nas estórias em destaque, dos educadores e colonizadores do império. Finalmente, se “as leituras de Machado de Assis (...) acompanham e sintetizam o problema recorrente da inserção do Brasil no globo ou, mais precisamente, na cultura e na política do Ocidente” (SEIXAS, 2017, p. 277), da mesma forma que essa problemática “está colocada também como questão aberta, no seu texto e pelo texto” (SEIXAS, 2017, p.277), o entendimento da posição histórica ocupada por este escritor no mundo oitocentista brasileiro deve considerar, como foi possível demonstrar nessa leitura, o modo como ele transforma os modelos culturais do ocidente, incluindo aqui, sobretudo, os usos inadequados do costume retórico antigo e da ética política de Maquiavel, na matéria de sua elocução satírica, e ao mesmo tempo irônica.

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

1. ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. Tradução José Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 2004.
2. ASSIS, Machado. 50 contos de Machado de Assis. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
3. _____. *Machado de Assis: obra completa em três volumes*. Rio de Janeiro. Editora Nova Aguilar S. A, 1992.
4. _____. *Instinto de nacionalidade*. In: Caminhos do pensamento crítico. (organização de Afrânio Coutinho) Rio de Janeiro: PALLAS S.A, 1980.
5. CÍCERO. Do orador. In: *A invenção no Do orador de Cícero: Um estudo à luz de Ad Familiares 1, 9, 23*. Tese apresentada ao Programa de Letras clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
6. COSTA PINA, Patrícia Kátia da. *Machado de Assis: a crítica da literatura e o desvio da polêmica*. Dissertação de Mestrado em Letras, apresentada à comissão de coordenação de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.

⁸ Para Sócrates (PLATÃO, 2000, p.40), porta voz do platonismo, “o orador, nos tribunais e nas outras assembleias não instrui sobre o justo e o injusto, limita-se a fazer que os outros criem”.

7. ENGELS, Odilo. Compreensão do conceito na Idade Média. In: *O conceito de História*. Tradução de René. E. Gertz. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
8. GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, escritor que nos lê*. – 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
9. GUIMARÃES, Jerry Santos. Memória e Retórica: “Mouros” e “Negros” na Crônica da Guiné (Século XV). Jerry Santos Guimarães; orientador Dr. Marcello Moreira. - - Vitória da Conquista, 2012. 177 f.
10. GUNTHER, Horst. Pensamento histórico no início da Idade Moderna. In: *O conceito de História*. Tradução de René. E. Gertz. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
11. HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. Organizadores: Cilaine Alves Cunha e Mayra Laudanna. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
12. HANSEN, João Adolfo. Notas sobre o gênero épico. In: *Multiclássicos*. Organizador: Ivan Teixeira. São Paulo: Edusp, 2008.
13. JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Organização e introdução de José Luís Jobim. 2ª ed. TOPBOOKS. Rio de Janeiro, 2008.
14. JOBIM, José Luís. *Formas da teoria: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. 242 p.
15. MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Hedra: 2010.
16. MACHADO, Ida Lucia. Apresentação. In: *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
17. MARTINS, Eduardo Vieira. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005. 270 p.
18. PEREIRA NETO, Antônio Joaquim. *A verossimilhança fantástica, a memória e a ironia no discurso narrativo machadiano*. Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017. 414 p.
19. PLATÃO. Górgias. Introdução, tradução do grego e notas de Manuel de Oliveira Pulquério. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2000.
20. QUINTILIANO. *Instituição oratória*/Marcos Fábio Quintiliano; tradução, apresentação e notas: Bruno Fregni Bassetto. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. Tomo IV.
21. *Retórica a Herênio*. Tradução e introdução de Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
22. REZENDE, Antônio Martinez. Apresentação. *Diálogo dos oradores*. Tradução e notas Antônio Martinez de Rezende, Júlia Batista Castilho de Avellar; apresentação Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
23. REZENDE, Antônio Martinez. *Rompendo o silêncio: a construção do discurso oratório em Quintiliano*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.
24. RIEDEL, Dirce Côrtes. *Metáfora, o espelho de Machado de Assis*. São Paulo, Francisco Alves, 1979.
25. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
26. SOARES, Ivanete Bernardino. *O ethos narrativo em Bons dias!, de Machado de Assis*. Machado Assis em linha, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, p. 102-121, dezembro 2012.
27. SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ: EDUFF, 1999. 292 p.
28. TÁCITO (Cornelius Tacitus). *Diálogo dos oradores*. Tradução e notas Antônio Martinez de Rezende, Júlia Batista Castilho de Avellar; apresentação Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.